



DOSSIÊ



## **Ativismo e *Fake News* nas Redes Sociais**

O caso Marielle Franco

Carla Montuori FERNANDES, *Universidade Paulista*

Luiz Ademir de OLIVEIRA, *Universidade Federal de Juiz de Fora*

Valmir Mendes dos SANTOS JUNIOR, *Centro Universitário Assunção*

---

Em 14 de março de 2018, a vereadora negra e ativista feminista Marielle Franco (PSOL-RJ) foi brutalmente assassinada no centro do Rio de Janeiro. Marielle ficou conhecida por encampar a luta pelas mulheres lésbicas e negras, além de denunciar a violência nas comunidades e a falta de segurança pública, que leva milhares de jovens negros a morte no Brasil. Após a sua morte, chama à atenção a onda de notícias falsas propagadas nas redes sociais para comprometer a imagem de Marielle, acusando-a de envolvimento com o crime organizado e uso de drogas. Este artigo se insere no contexto dos estudos das *fake news*, disseminadas com grande frequência nas redes sociais. O trabalho visa a oferecer um contributo de reflexão, apontando dados e sistematizando aspectos ligados ao fenômeno das redes sociais, com o objetivo de analisar as notícias falsas que abordam questões raciais e de gênero, como instrumento para responder se ainda persiste um abismo racial no Brasil, supostamente mascarado pelo discurso democrático. Também apontará com as redes sociais atuaram na constituição de um ativismo em torno da morte de Marielle Franco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Redes Sociais. Fake News. Gênero. Movimentos Étnico-Raciais, Marielle Franco.

---



## Introdução

Em 14 de março de 2018, a vereadora negra e ativista feminista Marielle Franco (PSOL-RJ) foi brutalmente assassinada no centro do Rio de Janeiro. Marielle ficou conhecida por encampar a luta pelas mulheres lésbicas e negras, além de denunciar à violência nas comunidades e a falta de segurança pública, que leva milhares de jovens negros a morte no Brasil. O Atlas da Violência, publicado em 2017, apontou que os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras etnias. O documento também aponta que, das 66 vítimas de homicídios em seis meses, 48 são negros, 4 são brancos e, em 14 casos, a cor da pele não foi informada.

Era nessa luta que Marielle estava engajada quando foi alvejada com quatro tiros na cabeça. O assassinato aconteceu após uma reunião entre Marielle e um grupo de Mulheres Negras, que participaram do 13o Fórum Social Mundial, em Salvador. O objetivo do encontro era promover um julgamento que colocasse o Estado Brasileiro no banco dos réus, em função de inúmeros crimes cometidos contra a população negra.

Após o assassinato de Marielle, chama à atenção a onda de notícias falsas propagadas nas redes sociais para comprometer sua imagem, acusando-a de envolvimento com o crime organizado e uso de drogas. Não obstante, o ambiente virtual viu recrudescer uma onda de engajamento em torno do seu assassinato, com temas que exigiam investigações e punição aos culpados, além de enaltecer a imagem da vereadora.

Nesse sentido, a pesquisa parte da hipótese que as notícias falsas, propagadas em um cenário de midiatização e respaldadas por certo anonimato concedido pelas redes sociais, acabam por refletir o preconceito em torno das questões raciais e de gênero que assolam o país desde a abolição da escravatura. Também parte do pressuposto que as redes sociais permitiram uma pluralidade de narrativas que marcou oposição ao discurso das *fake news*. A pesquisa buscará responder como a propagação de notícias falsas sobre Marielle Franco, ocultando suas ações no âmbito do ativismo feminino e das questões raciais, desvela a existência de um hiato racista no Brasil, que ainda é mascarado pelo discurso da democracia racial.

Este artigo é escrito da perspectiva do ativismo etnoracial feminista no Brasil. O artigo tem por objetivo analisar as narrativas que



circunscrevem o espaço das redes sociais, mais precisamente das *fake news*, buscando compreender como as práticas de discriminação racial emergem nas formulações sobre a morte de Marielle que circulam nesse ciberespaço. Não obstante, se por um lado as redes sociais propagavam notícias falsas da vereadora, também se registrou um forte ativismo social em torno da sua morte, no cenário nacional e internacional. Essa passagem também será registrada ao longo do texto.

O artigo buscará como referencial teórico autores que discutem questões raciais no Brasil, desde os clássicos (SKIDMORE, 1976, FERNANDES, 1989; FREYRE, 1993) até os contemporâneos (FERREIRA, 2002; LIMA, 2004; SANTOS, 2009). Para analisar a narrativa do racismo na mídia contemporânea, optamos por selecionar todas as *fake news* sobre a morte de Marielle, disponíveis no instituto de checagem de dados denominado Boatos.org. Também concedemos destaque para o ativismo social que encontrou forte mobilização no *Twitter* e *Facebook*, durante a primeira semana do assassinato. A metodologia para análise das notícias falsas será análise de conteúdo (BARDIN, 2011), amparada pela recuperação histórica do processo das lutas raciais no país.

## A questão do negro no Brasil

Os negros chegaram ao Brasil no final do século XVI, como vítimas de um comércio escravocrata, que se desenvolveu no território nacional até final do século XIX. A maior parte da população que chegava da África era obrigada a trabalhar em tarefas mais pesadas, muitas vezes em condições subumanas, atuando como escravos em propriedades de produção rural (FREYRE, 1933).

Além disso, pensadores do século XIX, como Raimundo Nina Rodrigues, partiam da corrente ideológica disseminada na Europa que pregava a superioridade intelectual dos brancos sobre os negros, para lançar bases sobre uma teoria que apontava que a população brasileira miscigenada foi constituída por “raças” inferiores, o servilismo do negro, a preguiça do índio e o autoritarismo do português, sendo esses os fatores que explicavam o subdesenvolvimento do país. O autor também concordava com a inferioridade da raça negra e defendia que se deveriam criar códigos penais distintos para negros e brancos em face da desigualdade e a inferioridade dos negros (SCHWARCZ, 2012). Assim:



Nina Rodrigues opôs-se ao suposto do evolucionismo social de que a “perfectibilidade” era possível para todos os grupos humanos. Ou seja, não acreditava que todos os grupos humanos fossem capazes de evoluir igualmente e chegar ao progresso e à civilização. Além do mais, ao conferir às raças o estatuto de realidades estanques, defendeu que toda mistura de espécies seria sinônimo de degeneração. (SCHWARCZ, 2012. p. 21).

A maior parte da história brasileira teve a presença da escravidão, cerca de 388 anos de escravidão institucionalizada, e um pouco mais de 130 anos que os negros conquistaram sua liberdade, sendo que o preconceito racial pode ser considerado fruto de uma construção que se constituiu ao longo dos séculos. Autores como Gilberto Freyre (1993), vão debater a tese da miscigenação racial não como uma debilidade da sociedade brasileira, mas sim como sinal de grandeza, na medida em que a mestiçagem seria a principal marca da identidade nacional.

Freyre (1993) explica que a quase ausência de mulheres europeias à colônia, aliada ao fato da atitude pouco preconceituosa do português, vai criar as condições para o processo de mestiçagem racial no país. O autor sustenta a tese que o processo de mestiçamento age como forma de enriquecimento cultural, apoiado nos conceitos de Luso Tropicalismo e do Senhor Amável. Na mesma corrente, Sergio Buarque de Holanda (1984) defenderá que o Brasil vivenciou uma escravidão amena, sendo marcado por uma relação amistosa entre os escravos e os seus senhores, que seria resultado da índole cordial dos escravizadores e de uma sujeição passiva dos escravizados.

A democracia racial seria fruto, segundo Freyre (1993) e Holanda (1984), da miscigenação da raça brasileira. As evidências de que o negro ocupa uma posição marginal na República, levará Freyre (1993) às conclusões de que o negro não teria espaço na sociedade brasileira não pela cor da pele, mas sim por conta da pobreza. Outros autores (FERNANDES, 1972; NASCIMENTO, 1968; SKIDMORE, 1976), entretanto, na contramão partem da hipótese que o mito da Democracia Racial serve como mecanismo que ocultam ideias e práticas discriminatórias. Nesse sentido, foi útil para afastar qualquer possível problematização sobre a ideia de miscigenação e raça no Brasil, percorrendo a crença de que as relações entre brancos e negros no Brasil foram harmoniosas o suficiente para não propagar o germe do preconceito racial.



Skidmore (1976) aponta que muitos abolicionistas, que advogavam pelas causas de liberdade dos escravos, a exemplo de Joaquim Nabuco, não se preocupavam com um sistema que integrasse o ex-escravo na sociedade. O regime escravocrata do país se desestruturou sem a composição de uma política de proteção para o ex-escravo. Fernandes (1964) aponta que o negro que migrava para um mercado de trabalho livre, não contava com qualquer assistência do governo e de entidades abolicionistas da época.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel (FERNANDES, 1964, p. 4).

Na mesma linha, Souza (2016) também aponta que os homens livres que chegavam a ser mais numerosos que os escravos no século XIX, o eram apenas na aparência, já que a economia continuava comandada pela lógica escravocrata, o que tornava os ex-escravos empobrecidos e subordinados ao braço armado do senhor.

A formação de uma população pobre e negra ajudava a formar os indesejados da Nova República. Não tardou para que aumentasse o número de desocupados, mendigos e crianças abandonadas nas ruas, resultando no aumento da violência. Sobre o período, o escritor Lima Barreto (1881-1922) aponta: “Nunca houve anos no Brasil em que os pretos (...) fossem mais postos à margem”.

No contexto contemporâneo brasileiro ainda persiste um forte vínculo entre raça e classes em contextos de pobreza. Depois da abolição, o negro tem ocupado em grande parte posição desigual em relação aos brancos no âmbito profissional. Para Lima (2012), faz-se necessário colocar um debate sobre as desigualdades sociais, em especial as raciais. As desigualdades, segundo a autora, não podem ser entendidas a partir de um plano de capacidades e desempenhos individuais, mas sim de uma análise completa da conjuntura que levou a distinção de categorias de pessoas socialmente diferentes. A passagem do trabalho escravo para o trabalho formalmente livre “manteve todas as virtualidades do



escravismo na nova situação” (SOUZA, 2017, p. 102). Ianni parte da hipótese que existe uma doutrina de inferiorização dos negros, que conta com inúmeros instrumentos para sua propagação e tem por objetivo a manutenção da ordem vigente:

[...] a doutrina da inferioridade do mestiço, do negro e do índio convinha à camada dominante na sociedade brasileira, interessada na manutenção do Status Quo. Essa doutrina teve e ainda tem no Brasil um papel muito importante na preservação das estruturas de dominação. Apesar da copiosa legislação que lhe diz respeito, o índio brasileiro, em face da lei, é cidadão por omissão e tem uma situação jurídica imprecisa, que dá lugar a uma série de problemas. Essa imprecisão não é ocasional. Ela opera em benefício dos que dominam as organizações e os instrumentos de mando. Trata-se de preservar estruturas constituídas, em detrimento de mudanças sociais. No caso do negro, a própria situação existente nasce, em larga parte, do fato da desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como algo natural, justo e inevitável, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação entre o negro e o branco. A única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável vem a ser, portanto, a própria expansão da ordem social competitiva. Assim, as representações ideológicas surgem nitidamente como técnicas de dominação, ou seja, de preservação de estruturas estabelecidas. (IANNI, 1972, p. 206)

Após 131 anos de abolição da escravidão no Brasil, pesquisas apontam que a situação do mercado de trabalho reflete a desigualdade entre brancos e negros e desvela o preconceito racial na ocupação das vagas de emprego. Segundo os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), os salários dos trabalhadores brancos são, em média, 80% superiores aos dos negros. Considerando todas as ocupações, enquanto um branco tem um ganho real de R\$ 2660, a renda do negro é de R\$ 1461 e a dos pardos, R\$ 1480<sup>1</sup>. Brancos e negros pobres sofrem algum tipo de discriminação no Brasil, mas sempre o negro será mais aliado socialmente.

Sem dúvida, não podemos fazer uma separação mecânica entre um problema social que afeta todos os oprimidos da sociedade, brancos e não brancos, e a questão racial. Brancos pobres e negros pobres são ambos vítimas da mesma causa. A libertação de ambos passaria pela mesma solução, mas não liberta o negro dos efeitos do racismo que,

---

1 Continuamos escravos. Disponível em: <<https://istoe.com.br/continuamos-escravos/>>. Acesso em: 11 de mar. de 2019.



antes de ser uma questão econômica, é uma questão moral e ontológica. (MUNANGA apud SCHWARCZ, 1996, p.216).

Para além dessa realidade, devem-se considerar questões de violência e abandono social. Segundo o Atlas da Violência 2017, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. O assassinato de mulheres por razão de gênero também atinge mais as negras<sup>2</sup>. Há que se considerar que desde então muitos movimentos com ideologias étnico raciais pavimentam a construção de uma sociedade em que os direitos civis dos negros sejam equiparados a todos os cidadãos.

## Ativismo Etnorracial Feminino

O racismo e por consequência o machismo são os responsáveis por manter as relações de poder na sociedade brasileira e atuam como condicionantes da pobreza e da falta de acesso da população negra à educação formal. A possibilidade de denunciar uma pretensa democracia racial ficará relegada aos movimentos negros, que buscam desnudar a desigualdade a qual a população está submetida.

No âmbito do gênero, o processo de exclusão que vive as mulheres negras está alijado em elementos do racismo, mas também do machismo e dos preconceitos de classe, inserindo-as no papel de exploradas no campo do trabalho e na esfera sexual.

O movimento feminista que surge no ano de 1970, nos Estados Unidos, traz uma identidade feminina homogênea, sem se aterem as demandas específicas das mulheres que sofriam com questões de raça, classe social, etnia e orientação sexual. O movimento de feministas negras estadunidenses vai reelaborar novas perspectivas feministas, em que as questões das diferenças são introduzidas:

O feminismo negro norte-americano surgiu, nessa perspectiva de resistência e organização, quando teóricas e militantes afrodescendentes como Patricia Hill Collins, bell hooks, Kimberle Crenshaw e Audre Lorde pontuaram que o feminismo tradicional não conseguia responder aos anseios das mulheres negras porque reduzia a categoria mulher a uma identidade única e fixa (MALTA e OLIVEIRA, 2016, p. 58).

---

<sup>2</sup> Idem 1.



O movimento feminista negro no Brasil, também constituído na década de 1980, foi amparado pelas mesmas ideologias do norte-americano. Nesse sentido, o pensamento feminista negro se pautava em “um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu e da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras” (BAIRROS, 1995, p. 6).

Domingues (2007) divide o movimento negro em três períodos distintos, no qual as mulheres atuam de maneira ativa. O primeiro período que se estende de 1889 até 1937, é marcado por ações criadas por ex-escravos após a proclamação da República, sendo formada por associações, clubes e outras entidades, além de publicações conhecidas como imprensa negra, voltadas para as questões raciais. O movimento que mais se destacou no período foi a Frente Negra Brasileira (FNB), sendo que a entidade era composta na sua maioria por mulheres negras. O segundo período, de 1945-1964, é marcado pela constituição da União Homens de Cor (1944) e o Teatro Experimental do Negro, ambos com a presença significativa de mulheres negras. A marca do terceiro movimento, que se concentra entre os anos de 1978 a 2000, foi a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), que baseado na matriz marxista, buscaram apontar como o racismo serve ao sistema capitalista. Entre as principais contribuições do MNU destaca-se a crítica a democracia racial brasileira, que parte do olhar ideológico para desmascarar as teias de poder e dominação que circunscrevem a formação da nação brasileira.

Com isso, pode-se notar que as mulheres negras já estavam inseridas no Movimento Negro e no Movimento Feminista desde a abolição da escravidão, mas diante de demandas específicas, partiram em busca de uma autonomia política. Nesse sentido, o Feminismo Negro e o Movimento de Mulheres Negras fazem emergir, segundo elucida Sueli Carneiro (2002), um novo sujeito político, que reivindica o fim da desigualdade social/racial, além de combater o sexismo e o racismo que oprime as mulheres negras.

Desde então, novas formas de expressão e organizações de mulheres negras são criadas no país, como destaque para o Aqualtune, constituído em 1978, no Rio de Janeiro e o Nizinga Coletivo de Mulheres Negras, criado em 1983, também no Rio de Janeiro. Todos os grupos buscam atender as demandas das mulheres negras, no âmbito da educação, saúde, moradia, sexualidade, identidade racial, bem-estar e, sobretudo, efetivação dos direitos humanos (ROLAND, 2000).



Na esfera política, o movimento vai ganhar uma projeção com a Marcha Zumbi, realizada no ano de 1995, em Brasília, que contou com um público de 30 mil pessoas e despertou o governo para promoção de políticas públicas destinada aos negros. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) vai instituir um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra.

Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), inúmeras medidas foram adotadas em benefício da população. Logo no primeiro ano do governo foi constituída a Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, dedicada exclusivamente a promover políticas com esse objetivo. No mesmo ano foi instituído o Dia da Consciência Negra (comemorado em 20 de novembro), e a Lei 10.639/2003 que colocou no currículo escolar brasileiro a história e a cultura afro-brasileira como conteúdo obrigatório. Também foi aprovada a Lei de Cotas Raciais nas Universidades.

No campo das ações política, a Deputada Federal e Senadora Benedita da Silva (PT) foi autora de inúmeros projetos, entre os quais inscrever Zumbi dos Palmares como um dos heróis nacionais, responsável pela criação de delegacias especiais para investigar crimes raciais, pela lei contra o assédio e direito trabalhista extensivo às empregadas domésticas, entre outras medidas.

Na esfera das lutas feministas, tinha destaque a vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (Psol), que, na ocasião em que atuou como Presidente da Comissão de Defesa da Mulher, criou projetos de lei como incluir o Dia de Tereza de Benguela e o Dia da Mulher Negra no calendário oficial do Rio de Janeiro. Marielle (Psol) foi morta a tiros no dia 14 de março de 2018. Quatro dias antes do seu assassinato, denunciou a morte de dois jovens negros em Acari, bairro na Zona Norte do Rio, na qual classificou a equipe militar que atuava na área como “batalhão da morte”. A vereadora tinha um histórico de denúncias contra os genocídios cometidos nas favelas do Rio de Janeiro, contra jovens negros, residentes das áreas periféricas.

Após o assassinato de Marielle, foi possível verificar forte ativismo virtual, com destaque para o *Twitter* e o *Facebook*. Com apoio das redes sociais, os grupos reuniam-se para expressar solidariedade a família, além de mostrar indignação com o assassinato brutal da vereadora e de seu motorista.



Na rede social *Twitter*, a expressão “Marielle Presente” tornou-se um dos assuntos mais comentados entre os dias 15 e 16 de março de 2018. Sua morte mobilizou mais de 1,6 milhões de menções no *Twitter*, sendo que o ápice (1,14 mil tuítes por minuto) ocorreu no momento em que havia manifestações em diversas cidades do país em homenagem à vereadora<sup>3</sup>. Segundo pesquisa realizada pela FGV Dapp, as palavras mais usadas no *Twitter* foram mulher e negra, com 116,1 mil menções, equivalente a 10% do conteúdo total de citações. As palavras assassinato, execução e assassinada somaram 92,9 mil menções, ou seja, 8% cada. Segundo pesquisa, a *hashtag* #mariellepresente foi a mais usada no debate, aparecendo em 150,9 mil postagens (13%), sendo que #mariellefrancopresente alcançou 11,6 mil postagens (1%).

Inúmeras celebridades nacionais e internacionais prestaram homenagem a vereadora, com a atriz norte-americana Viola Davis que fez um tributo no *Twitter* enaltecendo a luta de Marielle. A repercussão mundial no *Twitter* também foi mensurada pela FGV Dapp que identificou 84,6 mil tuítes em inglês e 133 mil tuítes em espanhol com manifestações de apoio e cobrança de respostas das autoridades<sup>4</sup>. A *hashtag* #mariellepresente chegou ao *Trending Topics* mundial do *Twitter* nesse mesmo período.

Na rede social *Facebook*, segundo aponta pesquisa da FGV Dapp<sup>5</sup>, das 1288 páginas públicas (perfis de órgãos de imprensa, institucionais e de figuras públicas) analisadas entre os dias 14 e 16 de março de 2018, 75% das reações à morte da vereadora destacam o luto, sendo que a sua maioria 75,49% foram de tristeza, seguido de 9,74% raiva, 9,46% amor, 2,67 risadas e 2,64% espanto. A nuvem de palavras extraída do *Facebook* pelo instituto de pesquisa aponta que a palavra morte foi a que teve maior número de menções, aparecendo 3028 vezes, seguida por pessoas (2315 mil menções) e vereadora (2079 mil menções). Na sequência as palavras Brasil (2036 mil menções) e bandidos (2 mil menções).

---

3 Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/morte-de-marielle-franco-mobiliza-mais-de-116-milhao-de-mencoes-no-twitter-aponta-levantamento-da-fgv-dapp/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

4 Idem 3.

5 Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/no-facebook-75-das-reacoes-morte-de-marielle-franco-destacam-luto/>>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.





instrumentos de mobilização política. Kakutani (2018) aborda como as *fake news* ganharam centralidade na política estadunidense a partir da eleição de Donald Trump. A autora não se concentra apenas no período eleitoral, mas busca mostrar como o político mobiliza os boatos a seu favor em suas redes sociais.

Entretanto, as notícias falsas não representam um fenômeno novo e tampouco provenientes da internet. Segundo Santos *et al.* (2018), o que diferencia as *fake news* disseminadas hoje em larga escala no mundo digital é a facilidade que encontram de se espalharem para um grande público num tempo curto e para diversos espaços. A ubiquidade que a internet oferece torna o fenômeno cada vez mais recorrente para diferentes propósitos, como o que ocorreu no uso para campanhas eleitorais. Na visão de Tandoc Jr *et al.* (2017, p. 2), as *fake news* são todos os “*posts* virais baseados em relatos fictícios feitos para se parecerem com notícias”.

A partir da concepção de Tandoc Jr *et al.* (2017), observa-se que a divulgação das notícias falsas ocorre de duas maneiras: em *sites* específicos ou com *posts* voltados para as redes sociais. No primeiro caso, os *sites* ou *blogs* são alimentados e estilizados de forma a emular características ligadas ao jornalismo tradicional. Ou seja, quanto ao aspecto visual, usam layouts parecidos com os de portais de empresas jornalísticas. Quanto ao conteúdo, prezam pela estruturação da notícia, com priorização do *lead*, e pelo uso de citações (mesmo que falsas ou fora de contexto), por exemplo. No segundo caso, das postagens voltadas para redes sociais, têm-se imagens com textos curtos e diretos (com informações inverídicas) disseminados, principalmente, no aplicativo de mensagens *WhatsApp* ou na rede do *Facebook* (SANTOS *et al.*, 2018).

Na era da pós-verdade<sup>6</sup>, a narrativa do jornalismo tradicional vem sendo desafiada diante do expressivo número de *fake news* que circulam pelo ambiente virtual com potencial de convencer os leitores que os conteúdos das matérias refletem a mais pura verdade. Desse modo, se antes poderia se falar na centralidade da mídia, hoje se discute

---

6 A pós-verdade constitui-se como um neologismo cada vez mais usado na compreensão de fenômenos relacionados à percepção de mundo e às novas circularidades de informações/opiniões. Em 2016, o *Oxford Dictionaries* elegeu a pós-verdade, ou *post-truth*, como a palavra do ano em língua inglesa. Segundo o dicionário, a expressão indica que a opinião pessoal ou pública tem mais apelo às emoções e crenças preestabelecidas do que os fatos objetivos. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year>>. Acesso em: 10 fev. 2019.



se não se está vivenciando a sociedade midiaticizada. Isso tem a ver com a consolidação da internet e das mídias digitais. Hoje, mais da metade da população mundial têm acesso à internet<sup>7</sup>. Isso representa mais de 4 bilhões de pessoas conectadas.

No Brasil, aproximadamente 61% dos domicílios possuem alguma forma de acesso à internet de acordo com a pesquisa da TIC Domicílios 2017<sup>8</sup> divulgada em 2018. A conexão à internet somente pelo aparelho celular é a forma mais comum de acesso à internet conforme dados da mesma pesquisa<sup>9</sup>. As redes sociais, enquanto espaços de socialização possibilitam trocas de experiências concretas, forjam visões de mundo repletas de significados, por isso, podem ser consideradas fontes históricas válidas para construção do fazer histórico.

## A criminalização pelas *Fake News*

Para a análise deste artigo, foram consideradas as *fake news* publicadas após o assassinato da Vereadora Marielle Franco (PSOL), em 15 de março de 2018, com a suposta intenção de denegrir sua imagem, buscando justificar o evento pela via da criminalização da vítima. As agências de checagem apontaram as sete principais notícias falsas sobre a sua morte, conforme aponta Quadro 1.

**Quadro 1.** Principais *fake news* sobre o assassinato de Marielle Franco

Data da Publicação	Título da Matéria	Conteúdo	Parecer da Agência
17/03/2018	Vídeo	Vídeo mostra Marielle Franco discursando em prol de bandidos e discutindo com o vereador Carlos Jordão em sessão da Câmara.	Boato - A imagem que aparece no vídeo é da vereadora Talíria Petrone (Psol) e não de Marielle, como era indicado na matéria.

7 Dados divulgados pelo relatório digital, em 2018, das companhias online Hootsuite e We Are Social. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/internet/126654-4-bilhoes-pessoas-usam-internet-no-mundo.htm>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

8 Mais de um terço dos domicílios brasileiros não têm acesso à internet. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/mais-de-um-terco-dos-domicilios-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 20 de nov. de 2018.

9 Celular se torna principal forma de acesso à internet no Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-07/celular-se-torna-principal-forma-de-acesso-internet-no-brasil>>. Acesso em: 20 de nov. de 2018.



17/03/2018	Texto e imagem	Marielle Franco era ex-mulher de Marcinho VP (traficante do Rio de Janeiro que está preso) e engravidou dele aos 16 anos.	Boato - passou a circular nas redes uma imagem da vereadora sentada no colo do traficante. Ao buscar um registro sobre a imagem, a agência de checagem chegou a um Fotologe de uma postagem de 13 de agosto de 2005. O usuário "Ktaputas" postou a foto que seria no cabaré de Jacqueline, em Paus de Ferro, no Estado do Rio Grande do Norte.
17/03/2018	Texto	O texto apontava que Marielle havia recebido o maior número de votos do Comando Vermelho e sua morte estava associada a defesa da facção rival em Acari.	Notícia Falsa – Notadamente falsa, a maioria dos votos da deputada não vieram das comunidades, mas sim da Zona Sul do Rio.
17/03/2018	Texto	O antropólogo e defensor dos Direitos Humanos Sandro Silva escreve texto com críticas a Marielle Franco, acusando-a de ser ultradireitista, além de possuir ideias nefastas e tortas.	Notícia Falsa - O antropólogo negou a autoria do texto e foi constatado que o texto faz parte da lista de conteúdos que frequentemente são disseminados sem uma assinatura nas redes.
22/03/2018	Texto e Foto	Marielle Franco era filha do traficante Fernandinho Beira-Mar e aparecia ao lado do suposto pai, assim que ganhou a eleição para vereadora	Notícia Falsa – O nome do pai de Marielle é Antonio Franco e a pessoa da foto não é a vereadora, mas sim da dentista Fernanda Izabel Costa (filha de Fernandinho Beira-Mar).
25/03/2018	Texto	Padre Zezinho (conhecido pelas músicas católicas), compara a morte de Marielle Franco com a da professora Heley de Abreu	Notícia Falsa – na noite do assassinato de Marielle, o padre Zezinho declarou apenas que quem a matou mirava o Estado Brasileiro. Mirava, segundo o padre, as mulheres, os negros, os da esquerda e também da direita e a democracia no Brasil.



06/06/2018	Texto	Assassino de Marielle foi descoberto. É Thiago macaco, preto, pobre e traficante.	Notícia Falsa – no dia 30 de maio, Thiago Macaco foi detido por suspeita no assassinato do líder comunitário Carlos Alexandre Pereira Maria.
------------	-------	---	--

**Fonte:** Boatos.org

Para compreender o conteúdo veiculado pelas notícias falsas, recorreremos à análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e às três etapas que compõem essa metodologia. Segundo Bardin (2011) esta primeira fase possui três etapas, a saber: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Na primeira etapa foi realizada a seleção das sete principais *fake news* que trataram do assassinato de Marielle. Para tal, se elegeu como objeto de análise as *fake news* aferidas pelo site de checagem boatos.org. Após a visualização do conteúdo, na etapa nomeada de exploração do material, as unidades de análise foram agrupadas, com base nos indicadores definidos na etapa anterior. Conforme esclarece Bardin (2011, p. 127) “esta fase, [...], consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. Dessa forma, se estabeleceu três categorias de análise que serviram ao lado da terceira e última etapa para interpretação dos resultados obtidos.

A análise das matérias falsas esteve amparada inicialmente pela métrica quantitativa, que buscou elencar as principais narrativas atribuídas ao crime. Das sete principais *fake news* sobre a morte de Marielle, cinco buscam associá-la ao cenário de envolvimento com tráfico de drogas, seja por meio de casamento com traficante, paternidade e/ou apoio político. Ainda, nesse contexto, quatro matérias buscavam desqualificar a atuação da vereadora na luta pela causa racial, indicando que seu ativismo se dava em prol de bandidos e traficantes. Em relação ao crime que envolveu sua morte, as matérias se dividiram entre culpabilizar a vítima, já que estaria envolvida com brigas de gangues rivais no tráfico do Rio de Janeiro, como também associar o suposto assassino as categorias de pobre, preto e traficante. Na questão de gênero, as *fake news* apontavam que Marielle engravidou aos 16 anos



de um traficante e, por sua orientação sexual, foi considerada alguém de possuía ideias nefastas e tortas.

Nesse sentido, seguindo as prerrogativas da análise de conteúdo, é possível vislumbrar três categorias que permeiam a narrativa sobre o assassinato de Marielle e que se fazem presentes no imaginário social brasileiro: (a) infratores da ordem; (b) vítimas passam a ser culpabilizadas pela violência; (c) esteréotipo de gênero. A primeira está relacionada ao que Souza (2017) denominou infratores da ordem, sobretudo quando os movimentos raciais partem em busca e /ou reivindicam seus direitos. Como exemplo, tem-se a *fake news* que buscava associar Marielle à criminalidade carioca e circulou três dias após seu assassinato, em um vídeo onde a vereadora supostamente aparece defendendo bandido, ao pedir um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de uma chacina que ocorreu na comunidade do Salgueiro, no Rio de Janeiro. O vídeo ainda mostra uma discussão entre uma mulher (que não era Marielle, mas sim a vereadora Talíria Petrone) e o vereador Carlos Jordy.

Outra, na mesma linha, se vale da legitimidade do antropólogo e defensor dos Direitos Humanos Sandro Silva para lançar a ideia que Marielle lutava por causas questionáveis, além de possuir ideias nefastas e tortas, como a defesa de bandidos e a liberação de drogas. Apesar de desmentida por Silva, as matérias refletem a total criminalização da atuação e do ativismo da vereadora, reforçando a tese de Souza (2017) ao apontar que quando líderes populares alcançam o poder e lutam para reduzir as desigualdades, são por vezes alvos de perseguições em âmbito político, jurídico e social.

Outra categoria que se tornou presente foi associar a vítima a relações ilícitas e/ou criminais. Nesse caso, nota-se uma tendência a culpabilizar Marielle pelo seu assassinato seja pelo envolvimento no tráfico do Rio de Janeiro, já que supostamente teria sido casada com o traficante Marcinho VP ou mesmo pelo apoio político que recebeu do Comando Vermelho do Rio de Janeiro. Júlio Jacobo Waiselfisz (2014) vai denominar de racismo institucional a prática de culpar a própria vítima pela violência, mencionando casos em que os autos de resistência são usados para justificar a violência letal usada pela polícia ou mesmo por grupos vingadores que estão à margem dos aparelhos do Estado. Há no caso das *fake news* sobre a morte de Marielle um discurso que atribui seu assassinato ao fato de ser uma ativista de esquerda, e, por consequência, estar ligada ao tráfico, à criminalidade, aos bandidos e/ou



marginais. Trata-se de uma tentativa de legitimar a violência tendo em vista as atitudes da vítima.

Nesse contexto, mesmo após o fim da escravidão, o discurso dominante sobre o negro naturaliza seu lugar à margem, que das senzalas, passou a ocupar os cortiços e posteriormente as favelas das áreas urbanas. Garcia e Souza (2015) refletem que a história do negro na sociedade brasileira é permeada por uma luta que busca romper com o imaginário que segrega o negro e o coloca como criminoso e responsável pela violência que sofre. Ainda que no contexto de notícias falsas, Marielle tornou-se refém desse discurso.

Por fim, a última categoria está relacionada ao estereótipo de gênero, ligado ao fato de Marielle engravidar de uma traficante antes de atingir a maioridade, aos 16 anos de idade. Além disso, as notícias falsas também alegaram que a vereadora era filha do traficante Fernandinho Beira-Mar, a quem ela devia seu sucesso na política. Partindo da premissa de que o estereótipo, longe de ser uma representação neutra, constitui, segundo Mazzara (1999) como núcleo cognitivo do preconceito, para disseminar e sustentar uma imagem negativa de um grupo. No caso de Marielle, o estereótipo funciona como uma marca que fortalece preconceitos, como é evidente no discurso da adolescente negra que engravida de uma marginal ou depende da figura masculina para prosperar em sua carreira.

## Considerações Finais

As representações negativas dos negros no Brasil foram construídas por meio de um imaginário, levando em conta os longos anos de escravidão e subjulgamento racial. Ao analisar as representações negativas dos negros na mídia, mais precisamente nas redes sociais, é possível identificar marcas do racismo expresso por meio de conteúdos que denigrem as imagens da população afrodescendente, buscando associá-las a contextos de crimes e violências. Segundo aponta Sodré (1999), é exacerbada a discriminação étnica propagada pelos meios de comunicação em relação à figura do negro.

Ao retratar a mulher negra, um membro ativo das lutas sociais pela igualdade de gênero, o conteúdo revela uma tentativa de miná-la, como demonstram as notícias falsas que retratam o assassinato de Marielle Franco. O longo histórico de racismo, que não culminou com o



fim da escravidão e com as teses de uma suposta democracia racial, acaba por gerar uma cultura que relega ao negro brasileiro uma posição de inferioridade na matriz social.

Por outro lado, as redes sociais também permitiram um novo tipo de engajamento, que por vezes é capaz de disputar espaço com o discurso conservador e tradicional. No caso de Marielle, o ativismo em rede atuou como forte aliado para que sua imagem extrapolasse o cenário nacional e se transformasse em símbolo internacional de luta e resistência contra o racismo.

## **Referências**

BAIRROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org). Revista Estudos Feministas, v.3 n. 3, p. 458-463, 1995.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M.A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; e JACKS, N. (Orgs). Mediação & Mídiação. Salvador: EDUFBA, 2012, p.29-52.

CARNEIRO. Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero (Orgs.). Democracia e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, p. 113-136, 2007.

FAUSTO NETO, Antônio. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antônio; VALDETTARO, Sandra (Orgs). Mediatización, Sociedad y Sentido: diálogos entre Brasil y Argentina. Rosario, Argentina. Departamento de Ciencias da Comunicación, Universidad Nacional de Rosario, 2010, p.2-15. Disponível em <<http://www.fcpolit.unr.edu.ar/wp-content/uploads/Mediatizaci%C3%B3n-sociedad-y-sentido.pdf>>.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1964.

\_\_\_\_\_. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972.



FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo: Editora Cortez (autores associados), 1989.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicol. Soc.* [online], v.14, n.1, p. 69-86, 2002.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GARCIA, Dantielli Assumpção; Sousa, Lucília Maria Abrahão e. “SOMOS TODXS CLÁUDIA”: A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA PELO ESTADO. *Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC*, v. 15, n. 1, p. 47-59, jan./abr. 2015.

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, v.5, n.3, p.53-91, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KAKUTANI, Michiko. A morte da verdade. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. *Revista Gênero*, v.16, n. 2, p. 55-69, 2016.

MAZZARA, Bruno M. Estereótipos y prejuicios. Madrid: Acento Editorial, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. O negro revoltado. In: NASCIMENTO, Abdias do (Org.). O negro revoltado. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968.



ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. (Orgs.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, L.A.; SILVA, L.C.F.; OLIVEIRA, L.A. HIV, estigma, fake news e os desafios do jornalismo científico: uma análise de enquadramento de notícias falsas sobre o vírus causador da AIDS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM NACIONAL), 41, 2018, Joinville. Anais... Joinville – SC, 2018. 13p.

SANTOS, J. R. Mídia e produções de subjetividade: questões do racismo. In: Conselho Federal de Psicologia. Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. Afro-Ásia, n. 18, p. 77-101, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. RJ: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Muniz. Claros e escuros: identidade povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Jessé de. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

\_\_\_\_\_. A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato. Leya, Rio de Janeiro: 2017.

TANDOC JR, Edson C.; LIM, Zheng Wei & LING, Richard. Defining “fake news”: a typology of scholarly definitions. Revista Digital Journalism, v. 6, n. 2, p. 53-137, 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo (coord.). Mapa da violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA; FLACSO, 2012.



## Activismo y Noticias Falsas en Redes Sociales: el caso Marielle Franco

**RESUMEN:** El 14 de marzo de 2018, la concejala negra y activista feminista Marielle Franco (PSOL-RJ) fue brutalmente asesinada en el centro de Río de Janeiro. Marielle se hizo conocida por liderar la lucha por las mujeres lesbianas y negras, así como por denunciar la violencia en las comunidades y la falta de seguridad pública, lo que lleva a la muerte a miles de jóvenes negros en Brasil. Después de su muerte, la ola de noticias falsas difundidas en las redes sociales está llamando la atención para socavar la imagen de Marielle, acusándola de estar involucrada con el crimen organizado y el uso de drogas. Este artículo se ajusta al contexto de los estudios de noticias falsas, que se difunden ampliamente en las redes sociales. El documento tiene como objetivo ofrecer una contribución de reflexión, señalar datos y sistematizar aspectos relacionados con el fenómeno de las redes sociales, con el fin de analizar noticias falsas que aborden cuestiones raciales y de género, como un instrumento para responder si todavía hay un abismo racial en Brasil, supuestamente enmascarado por el discurso democrático. También se señalará con las redes sociales que actuaron en la constitución de un activismo en torno a la muerte de Marielle Franco.

**PALABRAS CLAVE:** Redes sociales. Noticias falsas Género Movimientos étnico-raciales, Marielle Franco.

**Carla Montuori FERNANDES**

*Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui Pós-doutorado em Ciências Sociais com ênfase em Comunicação Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura das Mídias da Universidade Paulista.*

**Luiz Ademir de OLIVEIRA**

*Mestre e Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFJF e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ, São João Del Rei, Minas Gerais.*

**Valmir Mendes dos SANTOS JUNIOR**

*Possui mestrado na área de História Social pela Pontifícia Universidade Católica PUC (2011), pós-graduação em Formação de Docentes para o Ensino Superior pelo Centro Universitário Assunção - UniFAI (2005) e graduação em Estudos Sociais com licenciatura plena em História pela Universidade São Marcos (1997).*

*Recebido em: 26/12/2020 | Aprovado em: 12/10/2020*